

## OS DOIS GLÁDIOS DO REI:

### O sagrado e o temporal nas monarquias ocidentais entre a Idade Média e a Moderna

Leandro Pena Catão<sup>1</sup>

A História do Ocidente medieval confunde-se com a saga do cristianismo, que ao longo deste percurso ditou o ritmo e as regras nas quais se assentavam a maioria das instituições no Velho Mundo. Tudo estava subordinado a Deus, e conseqüentemente à Igreja, sua legítima representante no mundo. Santo Agostinho (354-430) foi o grande expoente teológico e filosófico da alta idade média.<sup>2</sup> No campo das idéias, a razão estava subordinada à fé, e concomitantemente a Filosofia subordinar-se-ia à Teologia. Aos reis medievais por sua vez era impensável um governo não amparado nas premissas e ética cristãs. Os valores e as necessidades humanas só possuíam relevância no âmbito de uma hierarquia cujo ápice era a vontade de Deus, ou seja, as necessidades da terra estavam subordinadas às necessidades do espírito, caminho para se chegar a Deus. Esses pressupostos marcaram toda a Idade Média, e naturalmente deixaram marcas profundas nas instituições políticas.

Entretanto, os primeiros tempos que se seguiram ao ano 1000 anunciavam a emergência de um novo paradigma para a cristandade, cujos reflexos marcariam todas as esferas das sociedades européias. Estamos nos referindo à emergência do pensamento de São Tomás de Aquino, um dos maiores pensadores da Idade Média, responsável pela introdução e conseqüentemente a adaptação dos textos de Aristóteles ao mundo cristão. No campo das idéias, a introdução de textos de Aristóteles que se deu através da península ibérica seria o marco de um novo espírito especulativo no trato com a teologia e a filosofia.<sup>3</sup> Os alicerces da pensamento tomista estão calcados na introdução das obras de Aristóteles, que são paulatinamente incorporados ao corolário cristão durante a baixa Idade Média.<sup>4</sup> Muito cedo se percebeu que as concepções filosóficas e políticas de Aristóteles questionavam os

---

<sup>1</sup> Doutor em História Social da Cultura pela UFMG. Professor da Universidade do Estado de Minas Gerais/Fundação Educacional de Divinópolis e da Faculdade Estácio de Sá de Belo Horizonte.

<sup>2</sup> Não é nossa intenção aqui nos aprofundar nas diretrizes teológicas e filosóficas que nortearam a Europa ocidental durante a idade média. As informações que disponibilizamos em nosso estudo visam unicamente elucidar sumariamente os pensamentos norteadores ao longo da Idade Média. Para as informações acerca dos postulados de S. Agostinho nos baseamos em: TORGAL, Luís Reis. *Ideologia política e teoria do Estado na Restauração*. Vol. II pp.3-5. BARBOSA FILHO, Rubem. *Tradição e Artificio: iberismo e barroco na formação da América*. pp. 147-162.

<sup>3</sup> A introdução das obras de Aristóteles na Europa medieval se deu através do Califado de Córdoba, no início do século XII

<sup>4</sup> SKINNER, Quentin. *Os fundamentos do pensamento político moderno*. pp. 70-71. Baseamos nossos comentários acerca da escolástica e do tomismo em: SKINNER, Op. Cit. pp. 70-86. TORGAL, Op. Cit. 5-10. BLACKBURN, Simon. *Dicionário Oxford de filosofia*.

postulados agostinianos<sup>5</sup>. São Tomás de Aquino (1225-74) foi o grande expoente da escolástica, e sua obra serviria de alicerce intelectual para uma gama de seguidores, responsáveis por alterações consideráveis nos preceitos teológicos e filosóficos da época, dando corpo ao movimento tomista, que influenciou profundamente todo o pensamento europeu, e marcadamente a península ibérica, em cujo solo terá maior longevidade.<sup>6</sup> São Tomás conferiu uma nova lucidez quanto ao conhecimento humano, dando à filosofia o papel de facilitador do conhecimento humano; em contraposição, a teologia basear-se-ia nas Revelações, no Evangelho e na palavra Divina. Desse modo, Tomás de Aquino estabelecia uma distinção fundamental entre razão e fé, mas concomitantemente destacando a necessidade da concordância e complementaridade entre ambos os campos. Como bem nos adverte Torgal, São Tomás reflete uma época unitariamente cristã, contudo, marcada por disputas quanto ao poder secular, dividindo a cristandade entre “Papado” e “Império”<sup>7</sup>. As concepções tomistas<sup>8</sup> acarretaram formulações que sob um determinado prisma iam soavam muito bem aos anseios dos reis cristãos, e por outro lado resguardavam a posição hegemônica da Igreja na esfera espiritual: “Agostinho representa a sociedade política como uma ordem determinada por Deus e imposta aos homens, decaídos, como remédio para seus pecados. Já a política de Aristóteles trata a polis como uma criação puramente humana, destinada a atender a fins estritamente mundanos”.<sup>9</sup>

O tomismo daria uma contribuição ímpar quanto ao papel do Estado e conseqüentemente dos reis ante àquelas sociedades. O Estado não seria mais uma mera justaposição de indivíduos, e sim fruto de um “pacto social” que o originaria. Segundo este pacto, a Divindade cederia o poder à comunidade, que por sua vez o cederia ao Soberano legítimo, e uma vez empossado desta investidura, transfigurava-se em verdadeiro defensor da cristandade em seu reino. Eis a origem teológica e filosófica da concepção “pactualista” de governo. Uma vez investido o Soberano dos poderes conferidos pela comunidade, o monarca se colocava acima das demais instâncias temporais que compunham o Estado, não estando sujeito às leis temporais, não havendo nenhum poder e autoridade maior que a dele no temporal, estando sujeito apenas às leis divinas.<sup>10</sup> A finalidade do Estado segundo tal concepção era salvaguardar o bem comum, sendo então o rei o responsável pela condução de

---

<sup>5</sup> SKINNER, Op. Cit. P.70.

<sup>6</sup> A escolástica refere-se à introdução e adaptação dos textos de Aristóteles ao universo cristão empreendida por São Tomás e seus seguidores durante a baixa Idade Média..

<sup>7</sup> TORRAL, Op. Cit. P.6.

<sup>8</sup> Tomismo é a corrente de pensamento medieval que tem como grande expoente São Tomás de Aquino.

<sup>9</sup> SKINNER, Op. Cit P. 71.

<sup>10</sup> *Ibidem.* p. 398e399.

seu povo nesse caminho. O bem estar eterno, fim último dos homens, pertencia à competência da Igreja.<sup>11</sup>

Era impensável naquele período (e principalmente sob o prisma tomista) um governo que não levasse em consideração os postulados ético-cristãos. O “bem comum” confundia-se com os valores cristãos, e este conjunto de valores constituíam-se em interesse de Estado. A legitimidade de um Estado ou a do próprio Soberano estavam invariavelmente ancoradas nesses princípios. Assim, segundo os tomistas, seria ilegítimo um governante que agisse de maneira “tirânica” ou “herética”, dando à comunidade, nestes casos, o direito de depor o Soberano, pois o mesmo não estaria conduzindo o Estado e seus súditos ao “bem comum”. Sob a orientação dessa linha de raciocínio, não bastaria ao rei proporcionar um “bem estar” na sentido “laico” do termo, pois a idéia de “bem comum” estaria associada à manutenção dos preceitos da Santa Sé. Como bem nos colocam Morse e Skinner, a idéia de uma teoria política laica, totalmente dissociada da ética moral cristã nasceria apenas no final do século XV na Itália.<sup>12</sup> Nesse sentido, a esfera de atuação dos reis foi fortemente influenciada pelos preceitos cristãos durante a Idade Média. Nosso enfoque vai incidir-se a partir daqui na estreita relação construída entre o poder laico e o espiritual sob a figura dos reis durante a Era Medieval.

Encontraremos as raízes dessa associação nos primeiros tempos da Idade Média, ou mesmo na Antiguidade. No aspecto simbólico, o rei é um elemento e ao mesmo tempo um conceito muito rico em significados. Desde os mais remotos tempos, perpassando por culturas das mais diversificadas e abrangendo quase todos os continentes, a figura do rei quase sempre é associada ao sagrado, sendo que em muitas culturas pagãs o rei é um Deus encarnado. Em outros tantos casos ele é associado à figura do sacerdote, possuindo atributos sagrados. Além disso, o rei simboliza, no mais abstrato e geral, o homem universal arquetípico, a perfeição no mundo, sendo atribuído poderes mágicos e sobrenaturais, em decorrência disto. O título de rei se concede ao melhor de cada espécie ou tipo.<sup>13</sup> Muitas dessas concepções não eram estranhas aos cristãos medievais.

No caso dos celtas, o rei era eleito pelos nobres (representantes da classe militar), mas o aval religioso dos druidas era indispensável, e uma vez eleito, o rei celta possuía atribuições que o distinguiam quase como um sacerdote, todavia, sem abdicar de sua importância no aspecto militar. A idéia do Soberano enquanto “mediador” é recorrente entre os povos de

---

<sup>11</sup> TORGAL, Op. Cit. p. 7-8.

<sup>12</sup> MORSE, Richard M. O espelho de próspero. Pp. 26-44. SKINNER, Op. Cit. pp. 25-45.

<sup>13</sup> Sobre o significado simbólico do Rei ver: CHEVALIER, Jean. GREERBRANT, Alain. Dicionário de Símbolos. Rio de Janeiro. José Olympio, 1999. CIRLOT, Juan Eduardo. Dicionário de símbolos. São Paulo: Editora Moraes, 1984.

origem indo-européia. Mediador entre os súditos, a nobreza, e a classe sacerdotal; aquele que coleta os impostos, distribui sabiamente as riquezas que possui, e finalmente, o mediador entre o céu e a terra, o rei era o responsável pela prosperidade de seus súditos, refletida dentre outros aspectos pelo êxito nas batalhas e pelas boas colheitas. Outro elemento comum aos Reis era a hereditariedade, bem como possuir um corpo livre de mutilações.<sup>14</sup>

Era comum na Europa durante a transição da Idade Média para a Idade Moderna a noção dos “Dois corpos do Rei”, um político e outro Humano. Para analisarmos esse aspecto da política medieval e moderna, iremos recorrer ao excelente estudo de Kantorowicz, que apesar de tratar da Grã-bretanha é muito útil para entendermos os mecanismos políticos, bem como a lógica que norteava aquela sociedade em transição. O autor de “Os Dois Corpos do Rei”<sup>15</sup> nos faz uma importante advertência: “O misticismo político, em particular, corre o risco de perder o encanto ou tornar-se bastante insignificante quando retirado de seu ambiente nativo, seu tempo e seu espaço.”<sup>16</sup> O ato de se atribuir ao rei predicados transcendentais era absolutamente comum na Europa entre a Idade Média e a Moderna. A Teoria dos Dois Corpos do rei é uma dentre uma série de formulações teológicas e jurídicas que buscavam distinguir a posição do rei em relação aos demais membros daquela sociedade, constituindo peça fundamental no processo que culminou com a consolidação do poder absoluto dos Reis.

A teoria dos Dois Corpos do Rei consistia na constatação de que o soberano, na realidade, possuía dois corpos: um humano, igual a qualquer outro e igualmente sujeito a qualquer vicissitude humana, como a doença, morte ou o pecado; e um outro, o político, que não podia ser visto ou tocado, era sagrado e imortal, e sua existência se devia à boa conduta e administração do reino e bem estar de seu povo. Tal corpo estava isento de qualquer moléstia ou defeito que pudesse assolar o corpo humano. Era perfeito. Nesse corpo concentravam-se os caracteres divinos atribuídos aos reis. Apesar de ambos os corpos (o político e o humano) serem indivisíveis, o primeiro era infinitamente superior ao segundo.<sup>17</sup> Essa concepção originou a idéia da infalibilidade dos reis durante a Idade Moderna, um dos atributos do absolutismo.

Segundo Kantorowicz, o corpo político era também chamado corpo místico, sendo que esta terminologia era uma referência mais explícita aos atributos divinos do Soberano.<sup>18</sup> Outro aspecto importante referente ao corpo místico concerne no fato de que este era atrelado à

<sup>14</sup> CHEVALIER, Jean. GREERBRANT, Alain. Op. Cit.

<sup>15</sup> KANTOROWICZ, Ernest H. *Os Dois Corpos do Rei: um estudo sobre teologia política medieval*. São Paulo. Companhia das Letras, 1998.

<sup>16</sup> Ibidem. P.17

<sup>17</sup> Ibidem. p. 24-26.

<sup>18</sup> Ibidem p. 25e26

nação. Tal princípio era um dos aspetos fundamentais da Teoria dos Dois Corpos, assim sendo:

o Rei nunca morre, e sua Morte natural não é chamada em sua Lei a Morte do Rei, mas a Transmissão do Rei, sem que a palavra (Transmissão) signifique que o Corpo político do Rei está morto, mas que há uma separação dos dois Corpos, e que o Corpo político é transferido e transmitido do Corpo natural agora morto, ou agora removido da dignidade real, para outro Corpo natural. De sorte que significa uma Remoção do Corpo político do Rei deste Reino de um corpo natural para outro.<sup>19</sup>

Durante os séculos XII e XIII foi grande o esforço dos juristas régios com o propósito de adaptar a idéia do “corpo mistico” cuja cabeça era o Cristo, e o corpo toda a cristandade, para a nação, cujo corpo era o reino e seus súditos, e a cabeça o Soberano. Naquele contexto, o Direito e a Teologia eram áreas muito próximas. Segundo Kantorowicz, quem quer que esteja familiarizado às idéias cristãs dos primeiros séculos, sobretudo após sua união ao Estado Romano, não estranhará as similaridades entre o pensamento difundido nas Escolas de Direito medievais com as idéias expressas nos primeiros Concílios da Igreja.<sup>20</sup>

Naqueles tempos se estabelecerá uma verdadeira batalha entre os reinos e Estados (ainda incipientes) e a Igreja Romana, quanto ao direito divino dos poderes seculares dos reis cristãos. As palavras do Apostolo Paulo: “não existe poder senão o de Deus” ganharam importância até então nunca vista, dando vistas à intenção dos Estado cristãos em terem submetido aos seus desígnios a esfera eclesiástica.<sup>21</sup> Entretanto, a tensão nas relações entre Estado e Igreja eram antigas, datando dos primórdios do Era Medieval.. Desde o momento em que o cristianismo tornou-se religião oficial do Império Romano, os laços entre poder temporal e espiritual jamais se apartariam no Ocidente, pelo menos até a Revolução Francesa. É obvio que tais relações sofreram fortes alterações ao longo da Idade Média, e a política da Igreja Romana nunca era a mesma para com dois reinos distintos, o que corrobora a premissa de que realmente os fatores internos de cada região foram de imensa relevância no que diz respeito aos rumos da Igreja em cada região respectivamente. Esse é um dos alicerces no qual Richard Morse funda sua tese na qual a civilização Ibérica escolhe deliberadamente um caminho distinto daquele trilhado pelo restante do Ocidente, classificando a Ibéria como uma variante civilizacional, e não um ramo esquecido e mal sucedido do Ocidente.<sup>22</sup>

No início da Baixa Idade Média, os estudos do Normando Anônimo<sup>23</sup> representaram um importante passo no que se refere à associação da figura do Rei à de um sacerdote, e não

<sup>19</sup> Plowden, Reports, 233 a (apud) Kantorowicz supra citado p.22e23.

<sup>20</sup> Kantorowicz. Op. cit. P. 27a29

<sup>21</sup> Ibidem. p.29.

<sup>22</sup> Sobre este assunto Ver: MORSE. op. Cit. e BARBOZA FILHO, Rubem. *Tradição e Artificio*. Capítulo 2.

<sup>23</sup> KANTOROWICZ. op. cit. Cap. 3

um sacerdote comum. Tais idéias já haviam sido desenvolvidas no reino hispano-visigótico, sendo inclusive consagradas em vários Concílios Ibéricos<sup>24</sup>. Era a teoria da “persona mixta”. Segundo as idéias do Normando Anônimo, eram combinados na personalidade do soberano várias personalidades ou estratos, formando uma simbiose entre o temporal e o Espiritual, a religião e o mundo. Basta associar a pessoa do monge à do cavaleiro, personificadas na pessoa do rei segundo o autor. Na esfera do poder, isto significava a fusão de atribuições temporais e religiosas à pessoa do Rei. Não foram incomuns durante o período medieval essas vivências duplas, combinando as coisas espirituais às temporais. As Ordens religiosas militares como a dos Templários era um exemplo vivo, particularmente na Ibéria, que naquele contexto vivenciava a sua própria cruzada contra os mouros.

Em sua biografia de São Luiz (1214-1270), Jacques Le Goff faz menção às “três funções do Rei”.<sup>25</sup> Esse autor nos chama a atenção para a da teoria de Georges Dumézil, que diz respeito à existência nas sociedades indo-européias de um princípio geral de organização do pensamento segundo três funções essenciais. Segundo tal teoria, as sociedades do ocidente medieval e outras sociedades fora deste circuito seriam compostas por três ordens: os que rezam, os que lutam e os que trabalham. Este princípio organizacional poderia ser facilmente encontrado em grande parte das estruturas intelectuais e institucionais da sociedade ocidental medieval. Em certa medida, uma boa parte desses princípios sobreviveram até o advento da Revolução Francesa e Revolução Russa, esta já no século XX.<sup>26</sup>

Para Le Goff, a repartição trifuncional das sociedades indo-européias nos ajuda a compreender a natureza e a imagem da realeza encarnada por São Luis, podendo ser estendida para os outros reis cristãos desse período. A característica marcadamente ocidental e medieval da trifuncionalidade aplicada à realeza consiste na reunião de todas as funções em sua própria pessoa, marcadamente é claro, àquelas concernentes ao primeiro e ao segundo Estado.

O autor analisa a figura de São Luis sob os três aspectos: o sagrado, o guerreiro e o de gestor dos bens materiais. Iremos nos ater somente a este primeiro ponto. A função sagrada poderia ser desmembrada entre a função do Rei justiceiro e a do rei pacífico, mediador entre a cristandade. O primeiro atributo sagrado é a justiça. Um dos mais antigos biógrafos de São Luís afirma que “*com ninguém cometeu injustiça ou violência e soberanamente guardou justiça...*”.<sup>27</sup> A justiça era um aspecto emblemático daquele Rei, que mais tarde seria

<sup>24</sup> BARBOSA FILHO. op. cit. p. 166.

<sup>25</sup> LE GOFF, Jacques. *São Luís*. Rio de Janeiro. Record, 1999. Terceira parte. Capítulo IV: *O Rei das Três Funções*, p.568 a 597.

<sup>26</sup> Sobre este assunto Le Goff cita vários autores, dentre os quais Geoges Duby. op. cit. pp. 568e569.

<sup>27</sup> Guillaume de Saint-Pathus. (apud) Le Goff. Op. Cit, p.570.

canonizado pela Igreja. Segundo Kantorowicz, a justiça seria uma premissa extralegal e a mediadora entre a Lei Divina e a Humana.<sup>28</sup> Essa premissa tinha seus alicerces no Direito Romano, segundo a qual os Imperadores romanos eram mediadores divinos na terra, exteriorizando esse laço com a divindade através do senso de justiça. Tal como os imperadores romanos, os reis medievais se apoderam desta função mediadora.<sup>29</sup> Imbuído desse senso de justiça, São Luís sabia ser rigoroso com os nobres se preciso fosse, mas também era muito clemente, aliás, outra atribuição que o aproximava da divindade. São Luís não era justo apenas nos limites de seu Reino, ele era sempre solicitado para intermediar contendas, graças à sua postura equilibrada. Em um contexto belicoso em que as guerras e os confrontos físicos eram normais, São Luís era conhecido como o Rei pacífico. Ele condenava a guerra sem motivo justo, pois a mesma era caminho de injustiças e pecados.<sup>30</sup> Como pudemos observar, São Luís foi um típico caso de Soberano que tinha como fio condutor de seu reinado o “bem comum”, o que o configurava como um bom governante segundo as premissas tomistas. São Luís esteve a frente do reino francês durante muitos anos (1226-1270), e segundo Le Goff, o século XIII ficaria conhecido no futuro como o século de São Luís, devido a seu reinado tão marcante.<sup>31</sup> É bastante provável que seu governo tenha marcado os postulados tomistas acerca do “governo segundo o bem comum”, tendo em vista a posição do reino francês nesse século, levando em consideração que o “século de São Luís” foi também o século em que nascia o tomismo.

A aliança entre o reino de São Luís e a Igreja era das mais prósperas de toda a cristandade. São Luís afirmava em seus *Ensinamentos*, destinado à instrução de seu filho e seu herdeiro ao trono, que preferiria arcar com quaisquer prejuízos a ver suas relações com a Santa Madre Igreja abalada.<sup>32</sup> A Igreja era a peça mestra da Idade Média, e o rei era sua extensão em seu reino. Uma união tão estreita teria importância para ambos os lados, com concessões de parte a parte. São Luís se aproveitava de seu prestígio junto à Igreja para evitar o que Le Goff chama de “abusos da Igreja”. Principalmente excomunhões e inconvenientes de ordem fiscal.<sup>33</sup> A assistência mútua estava na base desse compromisso entre o trono e o altar. Cada instituição em particularmente representava Deus nessa aliança. O Rei herda sua função, ao nascer, diretamente de Deus, do qual é representante em seu reino, mas só toma posse dessa graça por intermédio da Igreja, pois um rei só seria reconhecido enquanto tal após

---

<sup>28</sup> KANTOROWICZ. op cit. p. 97-99.

<sup>29</sup> BARBOZA FILHO. op. cit. 167.

<sup>30</sup> Le Goff Op. cit p.569-570.

<sup>31</sup> Ibdem. p. 19-30.

<sup>32</sup> Ibdem. p. 602.

<sup>33</sup> Ibdem. p.602 a 604.

ser ungido e coroado pelo papa. A unção desempenhou um papel de suma importância na Idade Média, verdadeiro ponto de equilíbrio entre os interesses às vezes divergentes entre a Igreja e os Reinos cristãos. Bloch é um clássico a esse respeito.

Na obra clássica de Marc Bloch, “Os Reis Taumaturgos”, encontraremos importantes elementos para compreendermos a origem sagrada dos Reis.<sup>34</sup> Marc Bloch analisa em sua obra o poder taumatúrgico dos Reis da França e da Inglaterra no fim do período Medieval e início do Moderno. Apesar de restrito à França e Grã-Bretanha, o estudo de Bloch é extremamente útil a quem queira compreender a aliança entre rei e Igreja, no período acima descrito.

O autor de “Os Reis Taumaturgos” acredita que o elo entre os Soberanos e a esfera divina era muito anterior à Idade Média. Durante a antiguidade, muitos reinos e culturas diferentes, de origem germânica ou latina, atribuíam a seus líderes máximos poderes sagrados, além dos temporais.<sup>35</sup> Quando Bloch elaborou seu trabalho, ele não conhecia as teorias de Geoges Dumézil acerca do princípio organizacional trifuncional comum aos povos de origem indo-européia. Tais idéias seriam elaboradas após a morte do precursor dos *Annales*.<sup>36</sup> Porém, as idéias de ambos se coadunam, pelo menos no que se refere às expectativas quanto às atribuições do Rei.<sup>37</sup>

Em tempos anteriores ao cristianismo, acreditava-se que os soberanos dos povos indo-europeus possuíam atributos sagrados e laços mais estreitos com os deuses, comparando-se aos demais membros que compunham aquelas sociedades. Em algumas sociedades os Soberanos eram inclusive deuses. Julgava-se que esses reis verdadeiramente divinos possuíam certo poder sobre a natureza.<sup>38</sup>

O advento do cristianismo desferiu um golpe profundo na concepção então em voga que envolvia os reis em uma atmosfera sagrada. Durante um longo período os reis sob o raio de influência da Igreja Romana perdem suas prerrogativas sagradas, mas subsistindo na qualidade de chefes de Estado. Durante quase toda a Alta Idade Média o rei era um cristão leigo como os outros, mas obviamente, a atenção dispensada pela Igreja ao mesmo o distinguia dos demais.<sup>39</sup> Estamos nos referindo ao período em que vigorou o paradigma agostiniano, que corresponde ao apogeu do poder da Igreja na Idade Média. Nenhuma

---

<sup>34</sup> BLOCH, Marc, *Os Reis Taumaturgos*. São Paulo. Companhia das Letras, 1999.

<sup>35</sup> *Ibidem*. p.44 e 75.

<sup>36</sup> Ver nota: 11.

<sup>37</sup> BLOCH. *Op. cit.* ver capítulo 2.

<sup>38</sup> *Ibidem*. p. 70-72.

<sup>39</sup> *Ibidem*. p. 73-74.



cerimônia religiosa em especial marcava a coroação dos reis nesse contexto. Mas esse quadro iria se alterar.

A União entre o Império, que representava o poder temporal, e a Igreja Romana, representante do sagrado, deu-se ainda na antiguidade, mais especificamente em meados do século IV. Antes desse enlace, os cristãos foram perseguidos por vários imperadores, que viam nos seguidores do Nazareno um sério risco ao seu poder. Segundo Pelikan, uma possibilidade que os próprios cristãos não contavam, era a de que o “César” reconhece Jesus Cristo como o Rei dos Reis.<sup>40</sup> E foi exatamente o que aconteceu no século IV, quando o imperador Constantino se converteu ao cristianismo, declarando lealdade ao Cristo e adotando a cruz como emblema oficial em uma batalha decisiva. Pelikan registra desta forma as palavras do próprio Constantino, ditadas a Eusébio, seu primeiro biógrafo

Viu com seus próprios olhos o troféu de uma cruz luminosa no céu acima do sol, com a inscrição “Vencei por Ela!”. Ademais, dizia-se que todo o exército que o acompanhava testemunhou a aparição celestial e “foi tomado de assombro”. Após a vitória, o Imperador ordenou que “um troféu da paixão do Senhor, (...) o sinal da cruz da cruz do Senhor”, fosse colocado na mão de sua própria estátua, que devia ser erguida em Roma, acompanhada da inscrição: “Por este sinal do Salvador, o verdadeiro teste de bravura, eu salvei e libertei a vossa cidade do jugo do tirano e restaurei o senado e o povo romanos, libertei-os para a sua antiga fama e para o seu esplendor.”<sup>41</sup>

A partir deste ponto, todo rei para se sagrar rei, bem como todo Imperador para se sagrar imperado, deveria reconhecer Cristo como o Rei dos Reis. Esta prática iria vigorar em toda a cristandade por mais de um milênio a partir daquele evento.

Constantino foi o primeiro Soberano da Era Cristã a unificar os “dois gládios” sob sua égide. Tradicionalmente, os imperadores romanos eram revestidos de poderes religiosos, além dos temporais. Com a conversão de Constantino ao cristianismo, a Igreja finalmente se organiza enquanto instituição “de estado”, e o primeiro Concílio da Igreja Romana é convocado e “direcionado” por Constantino, que a partir de então ganha a prerrogativa de sacerdote. Em 330 Constantino transfere a capital de Roma para Constantinopla, tentando fortalecer o Império e criar uma capital verdadeiramente cristã, longe do pagânismo de Roma, mas parte da aura cristã não pôde ser exportada para a nova capital, e paulatinamente transferiu-se para a figura do bispo de Roma. Com a queda do Impero do Ocidente, a papel de líder máximo da cristandade passa às mãos do Sumo Pontífice romano. A posição do papa enquanto líder da cristandade é reforçada com os episódios em que o papa Leão I, em 425, persuade Átila a não sitiar Roma. A partir de então o papa romano vê seus poderes

<sup>40</sup> PELIKAN, Jaroslav. A imagem de Jesus ao longo dos séculos. p 51-54.

<sup>41</sup> Ibidem. p 53.

expandirem-se além da esfera eclesiástica, como já vimos. Nesse Contexto, as implicações políticas da autoridade advinda de Deus passaram a ter em Roma, um significado diverso daquele existente em Constantinopla. A Pedro, Jesus delegou a autoridade de “ligar e desligar”. Ligar e desligar pecados, mas também, como igualmente se interpretava, ligar e desligar a autoridade política.<sup>42</sup>

Em plena Idade Média, Carlos Magno renova os elos com a “esquecida” tradição romana. O Imperador carolíngio ressuscita o antigo Império, entretanto agora inteiramente cristão. A religião pagã característica do antigo Império permaneceu no ostracismo. Enquanto isso, no Império Bizantino, os Imperadores qualificavam-se como divinos. Aos poucos esse costume impregnou-se no Império do Ocidente, e isso gerou uma transformação no que se refere ao tratamento dispensado ao rei, ou imperador. Esse passou a ser comparado a um sacerdote, não um sacerdote comum, e sim um especial. Tornaram-se normais expressões como: “o sagrado Imperador”, “em seu sagrado palácio” e etc... Mas os Soberanos ocidentais se tornariam oficialmente sagrados após o advento de uma nova instituição: a consagração eclesiástica, mais especificamente a unção.<sup>43</sup>

Simbolicamente, a unção representa o espírito de Deus. Pela unção Deus infunde sua luz viva, a presença divina. Era um costume de vários povos antigos ungir reis e sacerdotes. A unção só possui valor simbólico quando efetuada com óleos especiais ou sagrados, enquanto ato higiênico não possui valor simbólico.<sup>44</sup> A unção surge (na Idade Média ocidental) no reino visigodo, durante o século VII. A Igreja e as dinastias visigóticas viviam uma união especialmente aguda. Logo depois, no século seguinte, foi a vez dos reinos francos implementarem o novo rito de sagração real, e assim por diante, o costume espalhou-se por todo o mundo cristão, inclusive Bizâncio.<sup>45</sup>

Todos esses reinos traziam consigo reminiscências diversas que mantinham em torno do rei uma veneração “quase religiosa”. Entretanto, nenhuma instituição corporificava esse sentimento. São Bíblicos os argumentos para que enfim fosse legalizado, do ponto de vista cristão, esse sentimento sagrado que rondava a realeza. A Bíblia oferecia férteis exemplos.<sup>46</sup> No mundo representado pelo Velho Testamento, os reis eram personagens sagrados e seu caráter “sobrenatural” era marcado por manifestações claras. Com a ascensão do rei ao trono, partes de seu corpo eram unguidas com um óleo sagrado. Tais exemplos valiam tanto para os

<sup>42</sup> PELIKAN. op. cit. pp. 55-57.

<sup>43</sup> BLOCH. Op. cit. 74-76.

<sup>44</sup> Com relação aos aspectos simbólicos da unção ver: CHEVALIER. Op. cit. sobre seu uso na Europa medieval ver: LE GOFF, Jaques. Prefácio. In: BLOCH. Op. cit. p.20. e ainda BLOCH. op. cit. p.51-67.

<sup>45</sup> Ver BLOCH. Op. cit. Cap.2.

<sup>46</sup> *Ibidem*. p. 76.

povos hebreus como para os povos orientais, ambos representados no Velho testamento. Vejamos alguns exemplos

Possamos alegrar-nos com tua vitória  
erguer bandeira em nome do nosso Deus!  
Que Iahweh realize teus pedidos todos!  
Agora eu sei que Iahweh  
dá a salvação ao seu **ungido**;  
ele responde do seu santuário celeste  
com as proezas de sua direita salvadora.<sup>47</sup>

Assim diz Iahweh a seu **ungido**, a Ciro que tomei pela destra,  
a fim de subjugar a ele nações  
e desarmar reis,  
a fim de abrir portas diante dele,  
a fim de que os portões não sejam fechados.<sup>48</sup>

Ao raiar da aurora, Samuel chamou Saul, no terraço,  
e disse: 'Levanta-te, vim despedir-me.' Saul se levantou,  
e Samuel e ele saíram juntos para fora. E tendo eles descido  
até os limites da cidade, Samuel disse a Saul: 'Manda ao  
teu servo que passe adiante de nós; tu, porém, espera, para  
que eu te faça ouvir a palavra de Deus.

Então Samuel pegou o frasco de azeite e o derramou sobre  
a cabeça de Saul, beijou-o e desse-lhe: 'Não foi Iahweh que  
te **ungiu** como chefe de teu povo, Israel? Tu és que julgará o  
povo de Iahweh e o livrarás das mãos dos seus inimigos ao redor.  
E este é sinal de que Iahweh te **ungiu** como chefe de tua herança. (...)<sup>49</sup>

Como pudemos constatar, o Antigo Testamento era uma rica fonte de símbolos, e não apenas isso, também fornecia o exemplo de uma instituição concreta: a unção.<sup>50</sup>

Uma vez estabelecida, a unção régia doravante será considerada como indispensável no cerimonial de coração dos reis medievais e modernos. Com o passar do tempo, este cerimonial ganhou ainda mais importância, e foi um dos elementos de maior poder estratégico da Igreja. Os reis eram ungidos e coroados pelos papas, só por esse meio o príncipe poderia sagrar-se Soberano. "Sem a consagração não há verdadeiro rei, sejam quais forem seus títulos 'terrestres' ao trono; esta idéia já estava presente, em certos meios eclesiásticos, menos de cem anos depois da primeira unção franca"<sup>51</sup>. A unção não era o único rito de sagração cristã, o batismo é outro exemplo. O que distinguia a unção régia dos demais sacramentos era que, uma vez ungido o rei adquiria um status sacerdotal. Em muitos casos, o Soberano adquiria ares de santidade e atributos sobrenaturais, como o poder taumatúrgico dos reis católicos,

<sup>47</sup> *Bíblia de Jerusalém*. São Paulo. Sociedade Bíblica Internacional e Paulus editora, 1995. Salmos 20, 5-7.

<sup>48</sup> *Ibidem*, Isaías 45, 1.

<sup>49</sup> *Ibidem*, I Samuel 9-10.

<sup>50</sup> BLOCH. *op. cit.* p. 76.

<sup>51</sup> BLOCH, Marc, *Op. cit.* p.78e79.

tema central do estudo de Bloch. À medida que o tempo urgia, fortalecia-se o poder dos reis medievais em detrimento do papa, legitimando-se as sucessões nos seios das dinastias, fortalecidas por tendências jurídicas e teológicas que buscavam identificar nos soberanos cristãos os laços com o Divino.

Como pudemos observar, no exemplo referente à unção, eram longínquos e fortes os elos entre a Igreja Romana e a península ibérica. Os visigodos foram os primeiros a adotar a unção régia. E mesmo após séculos de dominação muçulmana na península ibérica, os laços entre os reinos católicos remanescentes e a Igreja não se abalaram, muito pelo contrário. Apoiados pelos papas, os príncipes ibéricos empreenderam uma ferrenha luta visando expulsar os infiéis do território europeu. Durante séculos a península ibérica foi palco de uma extraordinária experiência que iria marcar em definitivo o destino dos reinos e dos habitantes da península hispânica, é o que vamos procurar desenvolver a seguir.

### **A Ibéria: uma trajetória peculiar**

No final do século XV, em meio a um turbilhão de contingências que marcaram todo o Ocidente, Fernando e Isabel, Reis de Espanha, dão cabo à saga da reconquista da península ibérica, derrotando o último bastião muçulmano na Ibéria, o reino de Granada. Como parte das celebrações por tão glorioso feito da cristandade, os soberanos católicos requisitam a Roma, de forma veemente, a canonização de Hermenegildo, o primeiro visigodo convertido ao catolicismo. Para os ibéricos dos primórdios da Era Moderna, era com os visigodos que se iniciava a sua história. Esses se instalaram na península no segundo quartel do primeiro milênio, após a queda do Império Romano do Ocidente. Era no reino visigótico que se iniciava a longa marcha que levaria os ibéricos da Idade Moderna a ocuparem o posto de mais fiéis e maiores defensores da fé católica.<sup>52</sup>

Não foi simples a tarefa de unificar os diversos povos da península ibérica, empreitada executada pelos primeiros visigodos. Numa complicada conjuntura, marcada por fortes disputas internas com o fim de se estabelecer um novo governo em substituição ao recém extinto Império Romano Ocidental, os visigodos se valeram da religião cristã como artifício de coesão dos povos. A inspiração dos visigodos era oriunda do Império Bizantino, cujo modelo era o da Monarquia teocrática, destinada a reproduzir a cidade terrestre de Deus.<sup>53</sup>

---

<sup>52</sup> *Ibidem*, p.105.

<sup>53</sup> Com relação aos aspectos históricos que marcaram a península Ibérica do período que vai do estabelecimento dos Visigodos até a invasão muçulmana, nos baseamos em: BARBOZA FILHO. op. cit. Capítulo III.

O Concílio de Toledo (633) consolidaria a união entre a Igreja e poder político na península. Como já vimos, o reino visigodo foi o primeiro a estabelecer a prática da unção régia, fruto das relações com Roma. Em troca, os reis visigodos defenderiam com unhas e dentes a fé da Igreja romana. Segundo Rubem Barbosa Filho, no princípio de sua organização política, o reino visigótico sofria influências das Igrejas do Oriente e do Ocidente, mas a partir do Concílio acima referido, os ibéricos optaram por seguir definitivamente as determinações da Igreja Romana. Tal postura, ainda segundo o mesmo autor, estaria relacionada à proximidade geográfica com Roma.<sup>54</sup>

Paulatinamente, o Reino Visigodo assimilou todos os princípios da Igreja Ocidental. A Monarquia visigótica era teocrática e centralizada, entretanto, sem paralelo ou comparação com o poder absoluto dos reis que viria a vigorar ali e em outras partes do Europa muitos séculos depois. “*O IV Concílio de Toledo resumia a função e a condição do rei: [o rei só é rei se age de acordo com a justiça, do contrário, não é rei].*”<sup>55</sup> Essa afirmativa demonstra que já no período visigótico vigoravam na Ibéria alguns preceitos depois reformulados (ou incorporados) pelo tomismo, como por exemplo a idéia do governo político segundo o “bem comum”. Segundo Kantorowicz, a figura do soberano visigótico antecipava atributos que eram próprios de séculos posteriores: a distinção entre os dois Corpos do Rei, o corpo mortal e o imortal. Esse preceito conferia ao monarca uma essência mística, como uma figuração do Cristo. Tais posições fortaleceram enormemente a posição dos reis naquele contexto.<sup>56</sup> Foi naquela conjuntura que encontraremos os primórdios da simbiose entre o “Estado” e a Igreja, que iria marcar tão profundamente a História da Península Ibérica.

A avassaladora e irresistível investida dos muçulmanos à península daria termo ao Reino Visigodo, provocando uma grande baixa à cristandade. A supressão do Reino visigótico durante o século VIII seria visto em épocas vindouras como a grande tragédia da civilização ibérica. Entretanto, o período demarcado pela ocupação muçulmana na península ibérica deixaria suas “marcas” nas gerações vindouras. Os muçulmanos não tiveram grandes dificuldades para penetrar e conquistar a península. Em alguns anos, quase todo o território estava sob o controle árabe. Apenas os territórios montanhosos ao norte da península estavam fora do perímetro da Andaluzia. Até meados do século XI a península ibérica era uma região “*sui genere*” da Europa medieval, devido à tolerância religiosa vigente, um artifício útil para manter a sujeição dos povos dominados. Judeus, muçulmanos e cristãos conviviam em

---

<sup>54</sup> *Ibidem.* p.106 e 107.

<sup>55</sup> *Ibidem.* p. 107.

<sup>56</sup> KANTOROWICZ. *Op. cit.* Ver os Capítulos III e V.

relativa harmonia, se levarmos em consideração a intolerância vigente em outras regiões do Velho Mundo medieval. A Andaluzia engendrou um ambiente propício ao desenvolvimento científico e dos saberes como um todo. A Ibéria muçulmana não foi apenas um mosaico religioso, foi também o reduto de várias etnias: árabes, mouros, eslavos e outras etnias da Europa ocidental completavam o sincrético panorama de Al-Andaluz. Mesmo após a Reconquista, alguns hábitos e costumes da civilização hostilizada haviam se incorporado à população ibérica. A grande ruptura processara-se nas esferas política e religiosa. Ao contrário dos muçulmanos, os cristãos não toleravam o sincretismo religioso.

Aproveitando-se de momentos em que os muçulmanos encontravam-se em relativa fragilidade em decorrência de disputas internas pelo poder, os reinos cristãos do norte deram início a uma lenta e constante empreitada com o fim de reconquistar a península dos infiéis muçulmanos. Diante do iminente crescimento do poderio e ameaça oriunda dos reinos cristãos, os muçulmanos peninsulares solicitaram o apoio bélico dos almorávidas, guerreiros intransigentes e voluptuosos. Esses guerreiros contiveram momentaneamente os avanços cristãos, mas a persistência das investidas dos cristãos oriundos do norte da península, levou ao poder em Andaluzia um grupo ainda mais intolerante e radical, o que fomentou embates cada vez mais vorazes. O clima já não era ameno como em tempos anteriores. A migração de cristãos em direção aos reinos do norte nunca fora tão intensa. A contrapartida cristã não tardou. O confronto com os muçulmanos deixaria de ser uma guerra localizada na periferia do Mundo Cristão e Muçulmano, ganhando um contorno muito maior, principalmente do lado cristão. A Reconquista Ibérica passava a configurar guerra santa, com a benção do papa e o apoio militar do restante da cristandade. Em outras palavras, a Reconquista empreendida inicialmente pelos cristãos do norte, trasfigurava-se em uma cruzada travada em terras europeias, configurando-se em um dos principais estandartes de toda a cristandade.<sup>57</sup> O legado da Reconquista diante dos muçulmanos faria de Portugal e Espanha, na Era moderna, coroas altamente prestigiadas perante o Sumo Pontífice, e principais defensoras e propagadoras da fé cristã naquele contexto.

Desde os primórdios dos embates entre cristãos e muçulmanos na Ibéria, os cristãos remanescentes ao norte da península já empunhavam a bandeira da Igreja romana, bem como intentavam a restauração do antigo reino visigodo. A luta contra os muçulmanos se organizava como uma obra comum de Castela, Aragão, Leão, Navarra e Portugal. A empreitada contra os árabes, sob esse prisma, unificava os reinos, sem, no entanto,

---

<sup>57</sup>BARBOZA FILHO. op. cit. p. 126.

transformá-los em uma unidade política, apesar das reiteradas tentativas neste sentido empreendidas por Castela, o reino cristão mais poderoso durante a Idade Média. Segundo Ruben Barbosa Filho, há um momento em que a Ibéria se torna plenamente ocidental, um ocidente especial e particular. Colaboraram muito para a sua especificidade a memória e as tradições visigóticas. No entanto, foram cruciais as condições do “reencontro” definitivo entre a Ibéria e o Ocidente, e a maneira peculiar como os ibéricos incorporaram, exploraram e viveram os pressupostos em afirmação no centro da cristandade.<sup>58</sup> “Norberto Elias registra que a autoconsciência do Ocidente, durante a Idade Média, coincidia com a cosmovisão do catolicismo romano, ou do catolicismo centrado em Roma”<sup>59</sup>. Fazer-se Ocidental significava para a Ibéria fazer uma opção religiosa, política e cultural, significava escolher entre uma civilização ou outra, levando-se em consideração a proximidade constante ao longo de séculos, tanto do Islão como da cristandade. A Ibéria “torna-se” parte da Europa e do Ocidente, quando opta por travar um combate constante e sistemático contra o Islão, conduzida em nome da civilização cristã e abençoada pelo papa.<sup>60</sup> “Naquele momento, ela deixa de ser a borda esquecida e perdida da cristandade e passa a ser mais do que a tradição visigótica podia lhe oferecer. A partir dos séculos X e XI, ela transmuta-se na fronteira aguerrida e militante do cristianismo...”<sup>61</sup> Os reinos ibéricos seriam a partir daquela conjuntura, os estandartes da luta santificada contra os infiéis muçulmanos, que desencadeou a guerra de reconquista contra os mouros, que se estenderia por toda a baixa idade média.

Sob o prisma da cristandade, as Cruzadas renovaram a mística do cristianismo ocidental, dando novo alento aos esmaecidos laços identitários da civilização cristã. O conflito com o Islão rompe o isolamento em que se encontravam os reinos cristãos da península ibérica com relação ao restante da cristandade.<sup>62</sup> Muitos preceitos cristãos foram reincorporados ao corolário Ibérico, sendo que boa parte desses, eram novos do ponto de da Ibéria. Com relação às conseqüências deste pacto particular com a cristandade, um trecho do trabalho de Ruben Barbosa Filho é muito elucidativo:

mobilização para a guerra em nome da religião torna-se uma espécie de segunda natureza para os ibéricos, adequada ainda para resolver grande parte de seus conflitos internos. A *hidalguía* expressa com perfeição esta tendência e este compromisso permanente com uma tarefa política, cultural e sobretudo religiosa.<sup>63</sup>

---

<sup>58</sup> *Ibidem*. p. 143.

<sup>59</sup> *Ibidem*. p. 143.

<sup>60</sup> *Ibidem*. p. 143-144.

<sup>61</sup> *Ibidem*. p. 144.

<sup>62</sup> *Ibidem*. p. 144-145.

<sup>63</sup> *Ibidem*. p. 146.

O Ocidente em reorganização acolhe a Ibéria, reintegrando-a a cristandade e conferindo-lhe uma importante missão. A Ibéria, também se reorganizando, adere ao cristianismo e restaura os antigos compromissos de seus ancestrais visigodos.<sup>64</sup> A partir de então, a guerra contra os infiéis, a defesa da fé cristã, a expansão territorial e, conseqüentemente, o estreitamento dos laços com a Igreja romana tornam-se a tônica dos reinos ibéricos.

A Ibéria era um ambiente ímpar no contexto medieval. Diferentemente do restante da Europa Ocidental, a Ibéria foi um espaço dinâmico e aberto, em virtude do constante avanço territorial em direção ao sul, o que influenciou tanto a esfera política quanto a religiosa. O mundo era sempre perigoso e incerto na Ibéria, e o mandato Divino é que lhe fornecia um ponto de apoio e lhe conferia um sentido compreensível por todos, apesar das agruras.<sup>65</sup> O movimento da reconquista possuía duas faces: uma belicosa, temporal e outra divina e transcendental.

Esta aproximação entre o sagrado e as questões do mundo produziu um impacto especial na dimensão política da Ibéria, fortalecendo a figura do soberano. A guerra, a expansão das fronteiras da cristandade e ainda outras contingências daquele cenário contribuíram para uma crescente autonomia dos reis ibéricos diante do papa. “Os reis hispânicos não se incomodarão em prestar vassalagem a um longínquo pontífice, vinculação que aumentava e acentuava internamente a natureza providencialista que atribuíam às suas coroas.”<sup>66</sup> Portadores de uma missão sagrada, os reis ibéricos incorporaram à autoridade temporal o carisma do sagrado, confundindo as ações de seus reinos com as ações da própria cristandade. Quando seus reinos expandiam para o sul, em decorrência da guerra santa, era a própria cristandade que ampliava suas fronteiras.<sup>67</sup> Os reis concentravam em suas mãos os dois gládios: o político e o religioso. A associação dos poderes temporais e espirituais sob a égide do rei não decorria apenas dos aspectos peculiares da civilização ibérica. Como já vimos, a união dos dois gládios não foi uma especificidade ibérica, e sim um movimento comum a toda cristandade medieval, observada as particularidades de cada reino, região e contexto histórico. Como Vigário do Cristo, é do rei ibérico a responsabilidade pelo sucesso da missão sagrada imputada pela cristandade, e para esta empreitada, o soberano contaria com o apoio do clero. Esse último, assim como o soberano, também possuía características que os distinguia de seus correlatos não ibéricos. As contingências impostas pelas reconquista eram

---

<sup>64</sup> *Ibidem*. p. 146-147.

<sup>65</sup> Toda discussão acerca do iberismo está baseada nesta obra. BARBOSA FILHO. *Op.cit* Cap II e V

<sup>66</sup> BARBOZA FILHO. *Op.cit* p.232.

<sup>67</sup> *Ibidem*. p.232.



infinitamente mais sedutoras para um clero com mentalidade de fronteira e espírito missionário do que as condições oferecidas por Roma.

Enquanto o rei ibérico distribuía riquezas, cargos, bispados, conventos, escolas, paróquias, privilégios, o papado estava sempre pronto a exigir a contribuição do clero hispânico para as suas finanças e necessidades. Manipulando a distribuição de honrarias, cargos e funções, os reis consolidaram ao longo do tempo esta produtiva aliança com o clero e a hierarquia eclesiástica, incorporando-os às cortes como um dos “estados” do reino. O resultado foi uma “nacionalização” precoce das igrejas ibéricas, sem a eliminação de conflitos eventuais com o papado, antecipando um movimento que os protestantes estimularão no século XVI ao norte da Europa. Roma será obrigada a reconhecer este controle de fato e costumeiro dos soberanos sobre as igrejas locais, oficializando-o através do regime de **padroado** e admitindo o crivo do beneplácito real para a validação das cartas papais nos territórios da antiga Hispânia.<sup>68</sup> [grifo meu]

O autor ressalta aspectos fundamentais para que possamos compreender como se deu a união entre o temporal e o sagrado sob a égide dos reis ibéricos. Os monarcas tinham consciência de que a obra da Reconquista só seria efetivamente concretizada com o apoio do clero, bem como dos demais setores daquela sociedade. O rei era o responsável pela salvação de seus súditos e pela manutenção da integridade da fé cristã, o que o punha em um patamar acima dos demais eclesiásticos, pelo menos dentro das fronteiras onde é o soberano. A unidade da fé era a garantia da própria unidade do reino, e era também o que justificava a tarefa dos soberanos ibéricos diante de Deus, razão pela qual os reis ibéricos unificaram os dois gládios. O fato de a Ibéria ter sido durante muitos séculos, palco de lutas de cunho religioso, acentuou a fusão entre o sagrado e o temporal sob a égide do rei. Neste sentido, o caminho seguido pela Ibéria não seria o mesmo adotado pelas demais potências cristãs, que caminhavam em direção a uma separação entre essas duas esferas. Portugal e Espanha durante o início da Era moderna figurariam como as principais defensoras e divulgadoras da fé católica.<sup>69</sup>

A Guerra Santa empreendida pelos reis ibéricos garantiram às suas Coroas um carisma permanente, dando aos mesmos uma “aura sagrada”, decorrência direta da pia missão a eles confiada.<sup>70</sup> Uma das conseqüências dessa Cruzada Européia foi a constante expansão dos territórios dos reinos cristãos da Ibéria, e a relação entre a expansão territorial<sup>71</sup> e a religião

<sup>68</sup> Ibidem. p.233.

<sup>69</sup> Ibidem. P. 234-235.

<sup>70</sup> Ibidem. P. 244.

<sup>71</sup> A hipótese central de Barboza Filho é a de que os ibéricos se empenharam em desenvolver, ao longo de quase um milênio, uma variante civilizacional do Ocidente que tinha na expansão do espaço sua categoria básica e fundante. (p. 14) Este aspecto da cultura ibérica não deve ser entendido como um mero acidente. O territorialismo ibérico não é fruto das teorias do poder consolidadas no mundo moderno, que associavam a glória de um Estado ao controle de territórios e situações. (p. 100-101) O expansionismo territorial ibérico tem início no alvorecer do milênio, tornando-se intrínseco à vida daqueles povos por muitos séculos. Essa cultura

era direta A Guerra aos mouros não foi um movimento isolado dos reinos cristãos ibéricos, e sim um estandarte de toda a cristandade, como já vimos. Passemos agora a análise específica do Reino de Portugal e a trajetória em que se calcou o padroado, uma das instituições mais características do Reino luso da Era Moderna.

### Referencias bibliográficas

- AZZI, Riolando. *A cristandade colonial: um projeto autoritário*. São Paulo: Ed. Paulinas, 1987. ( História do Pensamento Católico no Brasil vol 1)
- BARBOZA FILHO, Ruben. *Tradição e Artifício, Iberismo e Barroco na Formação Americana*. Belo Horizonte/ Rio de Janeiro: Ed. UFMG/ IUPERJ, 2000.
- BÍBLIA de Jerusalém*. São Paulo: Sociedade Bíblica Internacional e Paulus editora, 1995.
- BLACKBURN, Simon. *Dicionário Oxford de filosofia*. São Paulo, Martins Fontes, 1998.
- BLOCH, Marc. *Os Reis Taumaturgos*. São Paulo: Companhia das Letras: 1999.
- BOXER, Charles R. *A Igreja e a Expansão Ibérica*. Lisboa: Edições 70, 1989.
- CIFUENTES, Rafael Llano. *Relações entre a Igreja e o Estado*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1978.
- CIRLOT, Juan Eduardo. *Dicionário de símbolos*. São Paulo: Editora Moraes, 1984.
- CHEVALIER, Jean. GREERBRANT, Alain. *Dicionário de Símbolos*. Rio de Janeiro. José Olympio, 1999.
- DELIMEAU, Jean. *De Religiões e de Homens*. São Paulo: Loyola, 2000.
- ENCICLOPÉDIA, Einaudi. *MYTHOS/logos/sagrado/profano*. Vol. 12. Lisboa: Imprensa Nacional/ Casa da Moeda, 1997.
- HESPANHA, Antônio Manuel. *As vésperas do Leviathan*. Coimbra: Livraria Almeida, 1994.
- KANTOROWICZ, Ernest H. *Os Dois Corpos do Rei*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.
- LE GOFF, Jacques. *São Luís*. Rio de Janeiro. Record, 1999.
- MORSE, Richard M. *O espelho de próspero*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- PELIKAN, Jaroslav. *A imagem de Jesus ao longo dos séculos*. São Paulo, 1998.
- SKINNER, Quentin. *As Fundações do pensamento político Moderno*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.
- TORGAL, Luís Reis. *Ideologia política e teoria do Estado na Restauração*. 2 vol. Coimbra: Universidade de Coimbra, 1991.
- VILLALTA, Luiz Carlos. *Reformismo Ilustrado, censura e práticas de leitura: usos do livro na América portuguesa*. São Paulo, Tese de Doutorado USP, 1999.

---

influenciaria de maneira contundente a civilização ibérica, do qual a aliança entre tradicionalismo e movimento engendra um contexto em que o tema da mudança só aparece com muita dificuldade, e a possibilidade de revolução e simplesmente nula. A Ibéria movia-se e o fazia desesperadamente, para manter-se a mesma. (p. 240) Apesar do constante expansionismo ibérico, o seu enejo era pela permanência e não a mudança. (p. 255) BARBOZA FILHO. op. cit.